DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

Conforme Lei Municipal nº 2.424, de 19 de dezembro de 2017

www.reginopolis.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/reginopolis

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Oficiais 2
Portarias 2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Reginópolis, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Reginópolis poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.reginopolis.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/reginopolis
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Reginópolis
CNPJ 44.556.033/0001-98
Rua Abraão Ramos, 327
Telefone: (14) 3589-9200 | (14) 3589-9201
Site: www.reginopolis.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/reginopolis

Câmara Municipal de Reginópolis
CNPJ 51.499.085/0001-35
Rua Major Álvaro Fernandes de Freitas, 379
Telefone: (14) 3589-1288
Site: www.camarareginopolis.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Reginópolis garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.reginopolis.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/reginopolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGINÓPOLIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DELIBERAÇAO CME Nº. 01, de 23 de outubro de 2026.

Adequa e atualiza as Diretrizes Educacionais da organização, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Reginópolis, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE REGINÓPOLIS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

a Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 205, 206, 208 e 211, que asseguram a educação como direito de todos e estabelecem a colaboração entre os entes federados;

a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, especialmente os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 29, 30, 31, 32 e 34;

a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, especialmente as disposições relativas à educação em tempo integral;

a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral e estabeleceu como finalidade fomentar a criação de matrículas em tempo integral na educação básica;

a Portaria do MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para ampliação de matrículas em tempo integral;

a Portaria do MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, que define diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral;

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

a Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil;

a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, considerando suas alterações posteriores;

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGINÓPOLIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

o princípio da educação integral como concepção que considera o desenvolvimento dos sujeitos em suas dimensões física, cognitiva, emocional, social, cultural e ética;

a necessidade de assegurar uma educação pública de qualidade, equitativa, inclusiva e socialmente referenciada;

a necessidade de articular a ampliação da jornada escolar à garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento;

a importância da integração entre escola, família, comunidade e território;

a necessidade de adequar e atualizar a Politica de Educação em Tempo Integral do município instituído pelo Decreto nº 005, de 23 de janeiro de 2025;

e a necessidade de regulamentar, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Reginópolis, a implantação progressiva da Educação Integral em Tempo Integral.

DELIBERA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam adequadas e atualizadas, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Reginópolis, as Diretrizes Educacionais para a organização, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da Educação Integral em Tempo Integral, destinadas às instituições municipais que ofertam:

I – Educação Infantil – Creche;

II – Educação Infantil – Pré-Escola;

III – Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Art. 2º A Educação Integral em Tempo Integral constitui política educacional do Município de Reginópolis de forma progressiva, planejada, participativa, inclusiva e articulada às necessidades educacionais das crianças, dos estudantes, das famílias e das comunidades.

Art. 3º Para fins desta Deliberação, entende-se por:

I – Educação Integral: concepção de educação comprometida com o desenvolvimento integral da criança e do estudante em suas dimensões física, cognitiva, emocional, social, cultural, ética e cidadã;

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGINÓPOLIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

II – Educação em Tempo Integral: organização da jornada escolar com ampliação do tempo de permanência da criança ou do estudante na escola ou em atividades educacionais, garantindo intencionalidade pedagógica, integração curricular e qualidade das experiências educativas;

III – Jornada em tempo integral: aquela organizada de modo a assegurar, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, conforme a legislação vigente;

IV – Currículo integrado: organização curricular que articula os diferentes campos de experiências, componentes curriculares, saberes, práticas pedagógicas e experiências educativas, evitando a fragmentação entre turno e contraturno;

V – Território educativo: espaço social constituído pela escola, família, comunidade, equipamentos públicos, espaços culturais, esportivos, ambientais e demais instituições que possam contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e estudantes.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 4º A Educação Integral em Tempo Integral no Município de Reginópolis será orientada pelos seguintes princípios:

I – reconhecimento da educação como direito social e condição para o desenvolvimento pleno da pessoa;

II – equidade e igualdade de oportunidades educacionais;

III – respeito à singularidade, à identidade, à cultura e às características de cada criança e estudante;

IV – inclusão e garantia de acessibilidade;

V – respeito aos direitos humanos;

VI – valorização da infância e da adolescência;

VII – indissociabilidade entre educar e cuidar;

VIII – articulação entre escola, família e comunidade;

IX – integração entre as diferentes áreas do conhecimento;

X – valorização dos profissionais da educação;

XI – gestão democrática;

XII – participação das crianças, estudantes, profissionais, famílias e comunidade;

XIII – promoção da aprendizagem e do desenvolvimento integral;

XIV – respeito às características e necessidades do território;

XV – proteção integral e garantia dos direitos das crianças e dos estudantes;

XVI – sustentabilidade socioambiental;

XVII – promoção da convivência, da cooperação, do respeito às diferenças e da cultura de paz.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 5º São objetivos da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Reginópolis:

I – promover o desenvolvimento integral das crianças e estudantes;

II – ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento;

III – garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos nas normas curriculares nacionais;

IV – ampliar as experiências educativas, culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas, ambientais e sociais;

V – contribuir para a redução das desigualdades educacionais;

VI – assegurar condições de permanência, participação e aprendizagem;

VII – fortalecer a autonomia, a criatividade, a cooperação e a participação cidadã;

VIII – promover práticas pedagógicas diversificadas e significativas;

IX – fortalecer a relação entre escola, família e comunidade;

X – utilizar os diferentes espaços educativos do território;

XI – promover ações de cuidado, saúde, alimentação adequada, convivência e bem-estar;

XII – garantir o desenvolvimento da leitura, da escrita, do raciocínio lógico-matemático e das demais aprendizagens fundamentais;

XIII – proporcionar experiências que favoreçam o desenvolvimento socioemocional;

XIV – assegurar atendimento educacional inclusivo e equitativo.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DA JORNADA

Art. 6º A Educação Integral em Tempo Integral será organizada de forma a garantir jornada diária igual ou superior a **7 (sete) horas**, ou jornada semanal mínima de **35 (trinta e cinco) horas**, conforme a legislação nacional vigente.

Art. 7º A ampliação do tempo de permanência na escola deverá estar vinculada a uma proposta pedagógica integrada, não constituindo mera ampliação quantitativa da jornada escolar.

Art. 8º A organização da jornada deverá contemplar:

I – atividades pedagógicas curriculares;

II – momentos de acolhimento e convivência;

III – alimentação e cuidados;

IV – práticas de movimento e atividades físicas;

V – experiências artísticas e culturais;

VI – atividades de leitura e literatura;

VII – experiências científicas e tecnológicas;

VIII – educação ambiental;

IX – atividades lúdicas e recreativas;

X – projetos e oficinas integradas ao currículo;

XI – atividades de acompanhamento e aprofundamento das aprendizagens;

XII – outras experiências educativas definidas pela proposta pedagógica da instituição.

Art. 9º Fica vedada a organização da Educação Integral em Tempo Integral mediante simples repetição ou prolongamento das atividades desenvolvidas no período regular.

Art. 10. A jornada ampliada deverá assegurar equilíbrio entre atividades de aprendizagem, brincadeira, movimento, descanso, alimentação, higiene, convivência e demais necessidades próprias da infância.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 11. Na Educação Infantil, a Educação Integral em Tempo Integral deverá considerar as especificidades da infância, tendo como eixos estruturantes das práticas pedagógicas as interações e a brincadeira.

Art. 12. Na Creche e na Pré-Escola, a organização do tempo integral deverá assegurar experiências que favoreçam:

I – a construção da identidade e da autonomia;

II – o desenvolvimento da oralidade e das diferentes linguagens;

III – a exploração do corpo e do movimento;

IV – a expressão artística e cultural;

V – a exploração dos espaços, tempos, quantidades, relações e transformações;

VI – a convivência e a construção de vínculos;

VII – o contato com a natureza;

VIII – a literatura infantil;

IX – a brincadeira livre e orientada;

X – a participação e a escuta das crianças.

Art. 13. As rotinas da Educação Infantil deverão ser organizadas de maneira flexível, respeitando os ritmos, necessidades e características individuais das crianças.

Art. 14. Na Educação Infantil em tempo integral, os momentos de alimentação, higiene, repouso, acolhimento e cuidados pessoais constituem parte integrante da ação educativa.

Art. 15. A avaliação na Educação Infantil deverá ocorrer mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem finalidade de promoção, classificação ou retenção.

CAPÍTULO VI

DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Art. 16. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a Educação Integral deverá assegurar a integração entre os componentes curriculares e as diferentes experiências educativas.

Art. 17. A ampliação da jornada deverá contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e no currículo adotado pelo Sistema Municipal de Ensino de Reginópolis.

Art. 18. As atividades desenvolvidas no período ampliado deverão estar articuladas ao Projeto Político-Pedagógico da escola e ao currículo, contemplando, entre outras possibilidades:

I – alfabetização e letramento;

II – leitura e literatura;

III – matemática e resolução de problemas;

IV – educação ambiental;

V – história e cultura afro-indígena;

VI – artes;

VII – educação física e práticas corporais;

VIII – cultura digital;

IX – educação para a cidadania;

X – culinária;

XI – atividades culturais, esportivas e recreativas;

XII – acompanhamento e recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO VII

DO CURRÍCULO E DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Art. 19. A Educação Integral em Tempo Integral deverá integrar-se ao currículo escolar, não sendo admitida a separação rígida entre “turno” e “contraturno” como duas propostas pedagógicas independentes.

Art. 20. O Projeto Político-Pedagógico de cada instituição deverá contemplar a organização da Educação Integral em Tempo Integral, definindo:

I – concepção de educação integral;

II – objetivos e metas;

III – organização curricular;

IV – organização dos tempos e espaços;

V – estratégias pedagógicas;

VI – formas de participação da comunidade;

VII – ações de inclusão e equidade;

VIII – formas de acompanhamento da aprendizagem;

IX – critérios e procedimentos de avaliação da política;

X – articulação com os equipamentos e serviços do território.

Art. 21. O currículo deverá ser organizado de forma integrada, interdisciplinar e contextualizada, considerando as características das crianças, dos estudantes e do território de Reginópolis.

CAPÍTULO VIII

DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Art. 22. A implantação da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar os princípios da gestão democrática e contar com a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade.

Art. 23. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – coordenar a política municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

II – elaborar plano de implantação e expansão;

III – oferecer formação continuada aos profissionais;

IV – assegurar condições adequadas de infraestrutura, materiais e recursos pedagógicos;

V – acompanhar e avaliar a implementação;

VI – promover articulação intersetorial;

VII – orientar as unidades escolares na elaboração ou revisão de seus Projetos Político-Pedagógicos;

VIII – assegurar as condições necessárias ao atendimento das crianças e estudantes com deficiência e demais necessidades específicas.

Art. 24. Compete às unidades escolares:

I – elaborar ou adequar seu Projeto Político-Pedagógico;

II – organizar os tempos e espaços educativos;

III – promover o planejamento coletivo;

IV – acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e estudantes;

V – promover a participação das famílias;

VI – realizar avaliação periódica da implementação da jornada integral;

VII – registrar e comunicar os resultados do processo educativo.

CAPÍTULO IX

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGINÓPOLIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 25. A manutenção da Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar condições adequadas de trabalho aos profissionais da educação.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Educação promoverá formação continuada específica sobre:

I – concepção de Educação Integral;

II – organização curricular integrada;

III – metodologias ativas e práticas pedagógicas diversificadas;

IV – educação inclusiva;

V – avaliação da aprendizagem;

VI – desenvolvimento infantil;

VII – alfabetização e letramento;

VIII – educação socioemocional;

IX – articulação escola-família-comunidade;

X – organização dos tempos e espaços educativos.

CAPÍTULO X

DA INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO E DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

Art. 27. As unidades escolares que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverão dispor, progressivamente, de condições adequadas de infraestrutura, equipamentos, mobiliário, materiais pedagógicos, espaços de convivência, alimentação, higiene, acessibilidade e segurança.

Art. 28. A alimentação escolar deverá observar as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e considerar as necessidades nutricionais das crianças e estudantes atendidos em jornada ampliada.

Art. 29. Os espaços da escola e do território poderão ser utilizados como ambientes educativos, desde que ofereçam condições adequadas de segurança, acessibilidade e intencionalidade pedagógica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGINÓPOLIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO XI

DA INCLUSÃO E DA EQUIDADE

Art. 30. A Educação Integral em Tempo Integral deverá garantir o direito de acesso, permanência, participação e aprendizagem de todas as crianças e estudantes, sem discriminação.

Art. 31. As unidades escolares deverão adotar estratégias para eliminar barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e de participação.

Art. 32. A ampliação da jornada deverá considerar as necessidades específicas dos estudantes público da Educação Especial, assegurando os apoios e recursos necessários.

CAPÍTULO XII

DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 33. A política municipal de Educação Integral em Tempo Integral será acompanhada e avaliada de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação, pelas unidades escolares e pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 34. O acompanhamento deverá considerar, entre outros, os seguintes indicadores:

I – número e percentual de matrículas em tempo integral;

II – frequência e permanência;

III – aprendizagem e desenvolvimento;

IV – aprovação, reprovação, abandono e evasão;

V – equidade no acesso à jornada integral;

VI – condições de infraestrutura;

VII – participação das famílias e da comunidade;

VIII – formação dos profissionais;

Rua Boa Vista, 323 – CEP 17190-005 – Reginópolis – SP
e-mail: educacao@reginopolis.sp.gov.br

IX – qualidade das práticas pedagógicas;

X – condições de alimentação, higiene, descanso e bem-estar;

XI – inclusão e atendimento às necessidades educacionais específicas.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Educação deverá apresentar ao Conselho Municipal de Educação, anualmente, relatório de acompanhamento da implementação da Educação Integral em Tempo Integral.

CAPÍTULO XIII

DA IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA

Art. 36. A implantação da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Reginópolis ocorrerá de forma **progressiva**, considerando:

I – diagnóstico da demanda educacional;

II – disponibilidade e adequação dos espaços físicos;

III – disponibilidade de profissionais;

IV – condições orçamentárias e financeiras;

V – necessidades das crianças e estudantes;

VI – participação da comunidade escolar;

VII – planejamento da Secretaria Municipal de Educação;

VIII – cumprimento das normas nacionais e municipais vigentes.

Art. 37. A Secretaria Municipal de Educação deverá elaborar plano de expansão da Educação Integral em Tempo Integral, estabelecendo metas, etapas, unidades participantes, número de matrículas, cronograma de implementação e recursos necessários.

Art. 38. A expansão deverá priorizar, sempre que possível, crianças e estudantes em situação de maior vulnerabilidade social e educacional, de modo a contribuir para a redução das desigualdades.

CAPÍTULO XIV

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGINÓPOLIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. As instituições de ensino deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares às disposições desta Deliberação.

Art. 40. A Secretaria Municipal de Educação expedirá orientações complementares necessárias à execução desta Deliberação.

Art. 41. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências do Conselho Municipal de Educação e a legislação vigente.

Art. 42. Esta Deliberação deverá ser revisada sempre que houver alteração relevante na legislação nacional, estadual ou municipal relativa à Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 43. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Reginópolis, 23 de outubro de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
OLIVIA FREITAS FERRARI
Data: 23/10/2026 14:14:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Reginópolis

Rua Boa Vista, 323 – CEP 17190-005 – Reginópolis – SP
e-mail: educacao@reginopolis.sp.gov.br

PORTARIA Nº. 434/2026.

De 23 de outubro de 2026.

JOÃO PAULO ARAÚJO DE SOUSA VERÍSSIMO, Prefeito Municipal de Reginópolis, Comarca de Pirajuí, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 003, de 16 de julho de 2026, que institui o Fórum Municipal de Educação e a Comissão Única de Elaboração, Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME;

CONSIDERANDO a necessidade de designar os representantes dos diferentes segmentos que participarão do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação, bem como de seu posterior acompanhamento, monitoramento e avaliação;

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Fórum Municipal de Educação – FME e a Comissão Única de Elaboração, Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME, nos termos da Resolução nº 003/2026:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Micheli Ulian Silva Camargo
b) Maria Alice Costa e Souza
c) Cláudia Braga Capossi
d) Vânia Ap. de Campos Silva
e) Sâmella Stefany de Sousa Amaral Ferreira

II – Gestores das Unidades Escolares:

a) Elaine Ap. Cardoso de Oliveira Julio
b) Érica Verena Bernardo de Faria
c) Olívia Freitas Ferrari
d) Julieli Natália Buscariolo Géa
e) Ilzete Luceleny Nery
f) Eliete de Paula Braga

III – Representante do Conselho Municipal de Educação – CME:

Titular: Stefânia Cristina D da Silva
Suplente: Joice Maria G. Cezário

IV – Representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB:

Titular: Anderson Castro do Nascimento Pires
Suplente: Carla Ap. Prandini Santos

V – Representantes dos Professores da Educação Infantil (Ciclo Pré-Escola):

Titular: Gisele Dias dos Santos
Suplente: Silvia Said

VI – Representantes dos Professores da Educação Infantil (Ciclo Creche):

Titular: Arielle Fernanda da Silva Sanches
Suplente: Lázara Augusta dos Santos Silva

VII – Representante dos Professores do Ensino Fundamental (Anos Iniciais):

Titular: Izabel Diório Peres Alexandrino
Suplente: Any Maria da Silva Vargas

IX – Representantes dos Técnicos Administrativos das Escolas Municipais:

Titular: Antônio Eduardo Lopes Barbosa
Suplente: Lilian Jacieli Biasotto Magalhães

X - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Giselda Rodrigues Alves Falavinha
Suplente: Antônia Ap. Stefan de Souza

XI - Representantes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente:

Titular: João Vitor Bueno dos Santos
Suplente: Bruna da Cunha Mafei Ribeiro

XII - Representantes das Escolas Estaduais do Município:

Titular: Jaqueline Aparecida Ribeiro
Suplente: Janaina Aparecida Ribeiro

XIII - Representantes de Pais de Alunos da Rede Estadual:

Titular: Danieli C. de Carvalho Junqueira
Suplente: Antonia C. Cardozo Felix

XIV - Representantes de Pais de Alunos da Rede Municipal:

Titular: Carmem Lucia Oliveira Noronha
Suplente: Edilaine Alexandrina da Rocha Camargo

XV - Representantes de Associações/Organizações da Sociedade Civil com Atuação na Área Educacional ou Relacionada:

Titular: Rosimeire de F Gondin Gonçalves
Suplente: Jéssica Ramos dos Santos

XVI - Representantes do Poder Legislativo:

Titular: Bernadete F. J. Amud
Suplente: José Mario Poleti

Art. 2º Os membros nomeados por esta Portaria atuarão, durante o período de elaboração do novo Plano Municipal de Educação, de forma integrada no Fórum Municipal de Educação e na Comissão Única de Elaboração, Avaliação e Monitoramento do PME, observadas as competências estabelecidas na Resolução nº 003/2026.

Art. 3º A Comissão Única exercerá suas atividades até a conclusão do processo de elaboração e aprovação do novo Plano Municipal de Educação, observados os prazos estabelecidos na Resolução nº 003/2026.

Parágrafo único. Concluído o processo de elaboração e aprovação do novo Plano Municipal de Educação, a Comissão Única será dissolvida, permanecendo em funcionamento o Fórum Municipal de Educação, em caráter permanente.

Art. 4º A coordenação e a secretaria dos trabalhos serão definidas pelos membros na primeira reunião do Fórum Municipal de Educação e da Comissão Única de Elaboração, Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação, mediante deliberação da maioria dos presentes.

Parágrafo único. A definição da coordenação e da secretaria dos trabalhos será registrada em ata.

Art. 5º A participação dos membros será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO ARAÚJO DE SOUSA VERÍSSIMO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria e Publicada na forma da Lei vigente.

.....